 doi: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2025.54517

ÉTICA NEOPENTECOSTAL E ESPÍRITO DO BOLSONARISMO

*Clayton Cardoso Romano**

Resumo: Os 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985) transformaram profundamente o Brasil, ao conciliar modernização econômica, sufocamento político e desigualdade social. Promoveram aceleração sem precedentes do capitalismo brasileiro, seguida de evidente complexificação de sua sociedade civil, feitos caros ao *americanismo*, mediante a atualização industrial e tecnológica de seu histórico *iberismo*. Novíssimos atores sociais entraram em cena, movidos por *logos* de mercado e politicamente tutelados, conferindo forma e sentido ao associativismo civil posto em prática na sociedade brasileira a partir de então. Deram vida e vazão a dois "Brasis", um *neopentecostal* e outro *bolsonarista*, que hoje parecem convergir em pontos cruciais de seus respectivos projetos ético-políticos. Movida pela promoção de certa "guerra espiritual", difusão de sua teologia da prosperidade, da liberalização de costumes e de suas igrejas-empresa, a *ética neopentecostal* mostra-se amplamente aninhada no *espírito bolsonarista*, este em guerra permanente aos "sem Deus", isto é, em mobilização incessante à fantasiosa "ameaça comunista" (estratagema historicamente exitoso no país), exaltação à liberdade do privado, defesa de estridente moralismo e franca mercantilização da violência. O breve ensaio a seguir, em vez de pretender apresentar fórmulas definitivas ou mesmo intencionar o esgotamento do tema, busca sobretudo ampliar a reflexão e o debate sobre questão tão atual e cara ao Brasil.

Palavras-chave: Neopentecostalismo; Bolsonarismo; Americanismo; Iberismo.

NEOPENTECOSTAL ETHICS AND SPIRIT OF BOLSONARISM

Abstract: The 21 years of Military Dictatorship (1964-1985) profoundly transformed Brazil, reconciling economic modernization, political suffocation and social inequality. They promoted an unprecedented acceleration of Brazilian capitalism, followed by an evident complexification of its civil society, achievements dear to *Americanism*, through the industrial and technological updating of its historic *Iberism*. Brand new social actors entered the scene, driven by market *logos* and politically protected, giving shape and meaning to the civil associations put into practice in Brazilian society from then on. They gave life and flow to two "Brazils", one *Neopentecostal* and the other *Bolsonarist*, which today seem to converge at crucial points in their respective ethical-political projects. Driven by the promotion of a certain "spiritual war", the dissemination of its theology of prosperity, the liberalization of customs and its corporate churches, the *Neopentecostal ethics* shows itself to be largely nested in the *Bolsonarist spirit*, which is in permanent war against the "godless", that is, in incessant mobilization against the fanciful "communist threat" (a historically successful stratagem in the country), exaltation of private freedom, defense of strident moralism and frank commodification of violence. The following brief essay, instead of intending to present definitive formulas or even intending to exhaust the topic, seeks above all to expand reflection and debate on an issue that is so current and expensive to Brazil.

* Possui graduação (1998), mestrado (2001) e doutorado (2008) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Franca, Brasil. Atualmente, é docente vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil. Contato: clayton.romano@uftm.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5609-5454.

Keywords: Neopentecostalism; Bolsonarism; Americanism; Iberism.

ÉTICA NEOPENTECOSTAL Y ESPÍRITU DE BOLSONARISMO

Resumen: Los 21 años de Dictadura Militar (1964-1985) transformaron profundamente a Brasil, conciliando modernización económica, asfixia política y desigualdad social. Promovieron una aceleración sin precedentes del capitalismo brasileño, seguida de una evidente complejización de su sociedad civil, logros queridos por el *americanismo*, a través de la actualización industrial y tecnológica de su *iberismo* histórico. Nuevos actores sociales entraron en escena, impulsados por *logos* de mercado y políticamente protegidos, dando forma y significado a las asociaciones civiles puestas en práctica en la sociedad brasileña a partir de entonces. Dieron vida y flujo a dos "Brasiles", uno *neopentecostal* y otro *bolsonarista*, que hoy parecen converger en puntos cruciales de sus respectivos proyectos ético-políticos. Impulsada por la promoción de una cierta "guerra espiritual", la difusión de su teología de la prosperidad, la liberalización de las aduanas y sus iglesias corporativas, la ética neopentecostal se muestra en gran medida anidada en el espíritu bolsonarista, que está en guerra permanente. contra los "impíos", es decir, en incesante movilización contra la fantasiosa "amenaza comunista" (una estratagema históricamente exitosa en el país), exaltación de la libertad privada, defensa de un estridente moralismo y franca mercantilización de la violencia. El siguiente breve ensayo, en lugar de pretender presentar fórmulas definitivas o incluso agotar el tema, busca sobre todo ampliar la reflexión y el debate sobre un tema tan actual y caro para Brasil.

Palabras clave: Neopentecostalismo; Bolsonarismo; Americanismo; Iberismo.

---

1 "O signo da cruz nos cabos das espadas"

> A América era o vasto império do diabo, de redenção impossível ou duvidosa, mas a fanática missão contra a heresia dos nativos confundia-se com a febre que provocava, nas hostes da conquista, o brilho dos tesouros do Novo Mundo. Bernal Diaz del Castilho, fiel companheiro de Fernão Cortez na conquista do México, escreve que chegaram à América "para servir a Deus e a sua Majestade e também por haver riquezas".[1]
>
> O movimento reaccionario, que se seguiu á queda de Napoleão e ao Congresso de Vienna, havia creado para o Velho Mundo um estado de conflicto permanente entre os representantes das dynastias, que as espadas da Santa Alliança haviam reposto nos seus thronos, e as massas populares, de cujas aspirações se faziam echo as assembléas parlamentares. Dynastias e Parlamentos luctaram, desde 1814, por mais de meio seculo, pelo domínio exclusivo dos apparelhos do governo politico das sociedades. Os chefes de dynastias, - Reis, Imperadores, Principes – apoiados nos exercitos da Santa Alliança, recusavam-se a abdicar das suas velhas prerrogativas: julgando-se ainda donos, por direito divino, do governo dos povos, repeliam o principio da soberania popular como humilhante e incompativel com sua dignidade de Reis, cujo direito vinha, não das massas, mas de Deus.[2]

A simbiose entre fé e política não é fenômeno recente, e responde, em tempos modernos, pelo advento do estado-nação e da própria concepção moderna de política. Esteve

---

[1] GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 25.
[2] VIANNA, Oliveira. *O occaso do Imperio*. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925, p. 11.

na raiz do colonialismo europeu visto de leste a oeste desde o século 15, da conquista da América ao domínio na África, Ásia e Oceania. Criou estados, ergueu impérios, patrocinou guerras. A ousadia de Maquiavel ao vislumbrar fé e política cindidas, iniciativa à época punida com cárcere e condenada à imoralidade nos séculos seguintes, deu forma à moderna razão de estado, mas não nos moldes imaginados em 1513 n'*O Príncipe*[3]. Pois, às raias de completar um quarto de século 21, compreender os termos da incessante interação entre fé e política permanece matéria urgente mundo afora. Não seria diferente no Brasil.

Gigante pela própria natureza, com dimensões continentais, o Brasil guarda profundas especificidades em relação a outras partes do globo e mesmo se comparado a vizinhos na América Latina. Destino de 4,8 dos 10,7 milhões de escravizados africanos[4], então colônia, se viu sede do império português após a fuga da Corte em 1808. Única monarquia constitucional (1822) num continente repleto de repúblicas erguidas com guerras nacionais de libertação do jugo colonial, exceto o breve interregno monarquista no México (1821-1823), se fez república sem público, numa "revolução" sem povo (1889). Declarou-se oficialmente laico em 1890, embora exibisse 99,7% de população católica no primeiro censo realizado no país, ainda durante o império (1872).

Degolou Canudos (1897), monumental síntese do encontro entre fé e política no país, no debute do exército republicano. Deu vida (e poder) a Padre Cícero, assistiu ao recrutamento constituinte da Liga Eleitoral Católica (1933), combateu comunistas brasileiros numa "Guerra aos 'sem Deus'"[5], emulou o "catolicismo político" da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Fundou seu Partido Democrata Cristão (1945) e aplaudiu marchas da "Família com Deus pela Liberdade" às vésperas do golpe de estado que depôs João Goulart (PTB), inaugurando 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985). Sua atual carta constitucional (1988), diz o preâmbulo, promulgou-se "sob a proteção de Deus", e as cédulas emitidas por seu Banco Central estampam "Deus seja louvado".

O Brasil hoje assiste ao avanço político de denominações neopentecostais, fruto da ampla propagação social verificada a partir dos anos 1970. Estima-se que até 2030 a maioria da população brasileira se declare pertencente a uma das inúmeras instituições religiosas ligadas ao protestantismo, superando séculos de supremacia católica. Em 2021, as igrejas evangélicas

[3] MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe e escritos políticos*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
[4] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 22-23.
[5] MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998, p. 152-153.

regularizadas já respondiam por "sete em cada dez estabelecimentos religiosos no país"[6]. A Igreja Universal do Reino de Deus, maior entidade neopentecostal do país, tem seu próprio partido desde 2005, o atual Republicanos. Por fim, a bancada evangélica no Congresso Nacional saltou de 33 parlamentares durante a Assembleia Constituinte (1987-1988) para 202 dos 513 deputados federais eleitos em 2022.

2 Brasil neopentecostal

A reforma protestante iniciada por Lutero (1517) se fez presente desde os primeiros passos da colonização no Brasil, por meio de missionários enviados por Calvino (1557). No século seguinte, a ocupação holandesa fundaria 22 igrejas protestantes no Nordeste, sendo a Igreja Reformada Holandesa do Recife a primeira delas (1630). Depois vieram as igrejas Anglicana (1882), Luterana (1824), Presbiteriana (1862), Metodista (1871) e Batista (1871). A Assembleia de Deus, a maior igreja pentecostal no mundo, surgiu em Belém do Pará (1911), com dissidentes da Convenção Batista Brasileira. A expansão de denominações evangélicas, em ritmo lento e constante, acelerou-se sobremaneira a partir dos anos 1970[7], coincidindo com o "milagre brasileiro", surto de crescimento econômico ocorrido entre 1968 e 1973, e também com advento do novo pentecostalismo ou neopentecostalismo no Brasil.

A rigor, são consideradas "três grandes ondas" na história do protestantismo mundial: puritana, metodista e pentecostal, sendo esta última a responsável por transpor "a fronteira dos mundos anglo e hispânico em larga escala"[8]. No Brasil, as duas primeiras denominações pentecostais foram a Congregação Cristã do Brasil, criada em São Paulo (1910), e, no ano seguinte, a já mencionada Assembleia de Deus em Belém. São registradas então outras três ondas no pentecostalismo brasileiro: pentecostalismo clássico, com igrejas surgidas entre os

[6] BALLOUSSIER, Anna Virginia. *O púlpito*: fé, poder e o Brasil dos evangélicos. São Paulo: Todavia, 2024, p. 12.

[7] As denominações evangélicas respondiam por 2,7% da população brasileira em 1940. Sucessivamente, passaram a responder por 3,6% (1950), 4,0% (1960), 5,2% (1970), 6,6% (1980), 9,0% (1990), 15,4% (2000) e 22,2% (2010). Projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que denominações evangélicas responderão por 39,8% da população brasileira em 2032, superando os 38,6% projetados para a parcela autodeclarada católica no Brasil. *Cf:* ARENARI, Brand. Bolsonaro, o primeiro presidente "evangélico" do Brasil. *In*: TEIXEIRA, Carlos Sávio; MONTEIRO, Geraldo Tadeu (org.). *Bolsonarismo:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Grama, 2020, p. 21.

[8] MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais*. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 28.

anos 1910 e 1950, deuteropentecostalismo[9], durante a década de 1960, e neopentecostalismo, dos anos 1970 em diante.[10]

Pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo partilham características comuns, entre as quais, "antiecumenismo, líderes fortes, uso de meios de comunicação de massa, estímulo à expressividade emocional, participação na política partidária, pregação da cura divina"[11]. O neopentecostalismo, no entanto, promove profunda "ruptura com os tradicionais sectarismo e ascetismo pentecostais" e "representa uma mudança muito grande nos rumos do movimento pentecostal"[12]. Distingue-se por exacerbar a "guerra espiritual"[13], enfatizar a teologia da prosperidade[14], liberalizar usos e costumes ascéticos, além de estruturar empresarialmente suas igrejas, que "agem como empresas e, pelo menos algumas delas, possuem fins lucrativos"[15].

Havia solo fértil para tanto e por muitas razões. O Brasil experimentava seu acesso tardio, dependente, subalterno ao capitalismo do século 20 desde os tempos de Getúlio Vargas, primeiro como "revolucionário", na linha de frente do golpe de estado que depôs o governo Washington Luís (1926-1930), depois ditador no Estado Novo (1937-1945), por fim presidente eleito (1950-1954). Os 50 anos em 5 de Juscelino Kubitschek (1955-1960) empreenderam certa aceleração ao capitalismo no Brasil, em tal ritmo que nem a renúncia de Jânio Quadros (1961) e o golpe em João Goulart (1964) interromperam. Quando os militares se apossaram da cadeira presidencial, trataram de combinar crescimento econômico, silenciamento político e clivagem social, tornando empresários, torturadores e escroques seus novos atores sociais.

A fórmula do "milagre" econômico dos militares somava endividamento externo, (contraído pelo estado para financiamento da iniciativa privada), superexploração do trabalho e concentração de renda. Antonio Delfim Netto, então ministro da economia, resumia a receita

---

[9] "...Tendo em conta que a segunda onda mantém o núcleo teológico do pentecostalismo clássico, mas se estabelece quarenta anos depois e com distinções evangelísticas e ênfases doutrinárias próprias, optamos por nomeá-la de *deuteropentecostalismo*. O radical *deutero* (presente no título do quinto livro do pentaleuco) significa *segundo* ou *segunda vez*, sentido que o torna muito apropriado para nomear a segunda vertente pentecostal..." [grifos do autor]. MARIANO, *Neopentecostais*, *cit*., p. 32.

[10] *Idem.*

[11] *Ibidem,* p. 36.

[12] *Idem.*

[13] "A teologia da 'guerra' ou 'batalha espiritual' advoga que evangelizar – pregar a mensagem cristã – é lutar contra o demônio, que estaria presente em qualquer mal que se faz, em qualquer mal que se sofre e, ainda, na prática de religiões não cristãs". *Apud*. ARENARI, Bolsonaro, o primeiro presidente "evangélico" do Brasil, *cit*., p. 22.

[14] "A teologia da prosperidade surgiu como um conjunto de ideias religiosas na década de 1970, nos Estados Unidos da América, mas suas origens remontam à década de 1940... A afirmação teológica principal e fundamental desse movimento é que os cristãos têm o direito divino de desfrutar das bênçãos do mundo material, o que significa que os cristãos têm o direito de alcançar saúde perfeita e realizações materiais...". *Ibidem*, p. 22-23.

[15] MARIANO, *Neopentecostais*, *cit*., p. 36.

dizendo, primeiro, fazer o bolo crescer para, depois, repartir. E o bolo cresceu. O Produto Interno Bruto (PIB) saltou a partir de 1966, chegando perto dos 12% em 1968 e batendo na casa de 14% em 1973, mais de 10% de aumento em relação a 1964 (3,4%) E sem repartir, o bolo do ministro embatumou-se em arrocho salarial e agudização da desigualdade social. Sobrepostos, os processos de industrialização, associativismo civil e urbanização, tão caros ao capitalismo, tornado frenético no Brasil, produziram consumidores, associações e favelas.

O capitalismo finalmente convertia-se em fenômeno de massa, completava-se, enfim, "a revolução burguesa no Brasil"[16], obra repleta de contradições, dual tal qual um "ornitorrinco"[17]. Crescimento exponencial do PIB, 8ª economia do mundo, à base de "desequilíbrios regionais e concentração industrial"[18], conjugando crescimento e pobreza, a revolução executada pela Ditadura Militar impôs termos contemporâneos ao capitalismo no Brasil. O americanismo[19] dos militares encarnou o secular iberismo brasileiro[20], atualizando-o industrial e tecnologicamente, alterando os marcos das sociedades econômica, política e civil do país. Empresa em vez de estado. Técnico em vez de político. Negociante em vez de cidadão.

Tamanhas fendas geradas permitiram a novos personagens entrar em cena[21]. Surgidos da superexploração econômica, do sufocamento político e da clivagem social engendrados pela Ditadura Militar, aqueles novos personagens deram vazão a certo associativismo civil, necessariamente apolítico e apartidário, mediante sindicatos tutelados, apenas dois partidos parlamentares e centenas de opositores exilados, trancafiados, trucidados. Sem política, sem partido, sem liberdade de expressão, a proliferação de ações e associações civis ocorrem à margem da vida oficial do país, muitas vezes percorrendo guetos, morros e vielas. Atada, a sociedade civil se movia para onde a sociedade política não a alcançava, mobilizando, para tanto, vasto rol de valores, cálculos e comportamentos típicos das relações econômicas

---

[16] FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
[17] OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
[18] CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*: 1930-1970. São Paulo: Global; Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.
[19] "O americanismo, em sua forma mais completa, exige... 'uma composição demográfica racional', que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo... A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia". GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 4 (Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243; 247-248.
[20] Podemos dizer que, no Brasil, "... o iberismo se constitui como elemento de determinação estrutural, impondo-se aos atores e às suas circunstâncias, importando, para uns, um caminho natural de obscurantismo, autoritarismo e burocratismo para a vida política e social, e, para outros, a preservação de uma ética não-individualista e comunitária". VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 153. Ver também: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
[21] SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

estabelecidas em sociedade, tais como lucro, custo-benefício, vantagem. Promulgava-se a célebre Lei de Gérson, que em artigo único consagrou a máxima de que brasileiro gosta de levar vantagem em tudo.[22]

O "milagre" dos militares rápido se desfez em calamidade. O PIB de 14% logo recuou para 8,15% (1974) e 5,17% (1975), desabando pouco depois para -4,25 % (1981) e -2,93% (1984). Em contrapartida, as taxas de inflação explodiram ano a ano: 101,73% (1981), 100,54% (1982), 135,03% (1983), 192,12% (1984) e 225,99% (1985), quando civis voltaram à presidência do país. O "milagre econômico", na prática, se fez "calamidade social". Os índices de homicídio, por exemplo, denunciam a gravidade da situação, registrando aumento progressivo a partir de 1989, ano da primeira eleição direta para presidente do Brasil desde 1960, empurrando aos governos civis a crise social gerada pelos militares: saltam, entre 1989 e 1999, de 28.767 para 42.947 homicídios ao ano[23], números de guerra civil.

Estas foram as bases do Brasil neopentecostal e da propagação de igrejas-empresas, sobretudo nas camadas populares, reféns da calamidade social resultante da aceleração do capitalismo efetuada durante a Ditadura Militar, assustadoramente desigual e violenta. Não foram apenas as denominações neopentecostais e mesmo pentecostais que se disseminaram no período, também os católicos, desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), exerciam sua renovação carismática, expressa de diferentes modos. Um deles foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)[24], com ações centradas em comunidades populares reunidas a partir de demandas e interesses coletivos imediatos: alimentação, habitação, saneamento, saúde, trabalho. Houve ainda diversas iniciativas de espíritas em sentido similar e menor alcance. Católicos, espíritas, pentecostais, neopentecostais encontraram um Brasil socialmente conflagrado, colecionando índices inflacionários sem precedentes, que, corroendo os salários, dizimavam o poder de subsistência das classes populares, interferindo diretamente nos termos de sua existência social.

Precárias condições de vida em áreas urbanizadas a esmo e, muitas vezes, deixadas à própria sorte, onde a ação estatal costumava chegar somente de camburão. E atirando. A

---

[22] Gérson de Oliveira Nunes, ex-jogador de futebol, fez parte da conquista do tricampeonato mundial em 1970. Num comercial de cigarros, em meados daquela década, Gérson dizia: "Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também". Por certamente expressar vivo componente daqueles tempos, certa "lógica da vantagem" então estimulada e disseminada em amplas camadas sociais, a peça publicitária caiu no gosto popular e seu sofisma converteu-se, desde então, numa espécie de "lei não escrita" no país. A íntegra da propaganda encontra-se em: PROPAGANDAS HISTÓRICAS. Cigarros Vila Rica: Lei de Gerson. *YouTube*, 17 mar. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fh9u_amafFI. Acesso em: 28 jun. 2025.

[23] IPEA. *Atlas da violência*. Homicídios. Brasília, v. 27, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/328. Acesso em: 13 ago. 2024.

[24] BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasilense, 1985.

criminalização da pobreza levava ao extermínio de pobres em morros, guetos e vielas. Os números da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), "tropa de elite" da Polícia Militar de São Paulo criada em 1970, são reveladores. De um total de 3.523 pessoas mortas pela ROTA, entre 1970 e 1992, apenas 34,6% possuíam algum envolvimento criminal na cidade de São Paulo, segundo a Justiça Civil. Eram inocentes, portanto, 65,4% dos jovens pretos, pardos, periféricos, perfil da quase totalidade dos milhares de mortos pela ROTA em 22 anos.[25]

Na prática, a ausência estatal fez com que as diversas formas de associativismo civil, sobretudo entre as camadas populares, extraíssem das necessidades mais imediatas da população a matéria-prima de sua ação. Necessidades básicas que, entre denominações pentecostais e neopentecostais, as faziam ir além do conteúdo estritamente religioso, com o acompanhamento da vida cotidiana dos fiéis, "por meio do qual lideranças se interessam pelo desenvolvimento da vida de seus membros, oferecendo controle e orientações de estratégias de ação para a obtenção do 'sucesso' em sua sobrevivência". Funcionavam, assim, como mediadoras de interesses coletivos, "muitas vezes configurados como interesses de classe, permitindo às camadas populares o acesso ao 'mundo dos negócios'", promovendo "uma transformação cognitiva coletiva, relacionada à incorporação de uma nova 'disposição econômica'". [26]

As principais denominações neopentecostais de hoje foram criadas em tal contexto e prosperaram, confirmando, elas mesmas, a propriedade de sua teologia da prosperidade: Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Comunidade da Graça (1979), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), Renascer em Cristo (1986).[27] Somadas à expansão também de denominações pentecostais como Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, florescem mediante ao difuso e amplo processo de privatização das relações sociais no Brasil, orientadas por *logos* de mercado, razão de tamanho êxito.

3 Brasil bolsonarista

Convém admitir, de início, que bolsonarismo é uma designação inapropriada, porque incapaz de capturar todo o alcance do fenômeno que pretende definir. Sim, há bolsonarismo, isto é, um conjunto de concepções e comportamentos tipicamente vinculados às figuras de Jair Bolsonaro, descendentes e adeptos. No entanto, o bolsonarismo é antes resultado e não causa

[25] BARCELLOS, Caco. *Rota 66*. A história da polícia que mata. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 318.
[26] ARENARI, Bolsonaro, *cit*., p. 26; 28.
[27] MARIANO, *Neopentecostais*, *cit*., p. 32.

de fenômeno maior e mais profundo, que não se limita a Bolsonaro ou a seus seguidores, mas que, ao contrário, os explica. Tal fenômeno, mais amplo, visto sob perspectiva histórica, trata-se de caudaloso rio navegado desde as caravelas, em cuja fonte estão represados séculos do autoritarismo brasileiro, expresso por meio de seus componentes históricos: escravidão e racismo, mandonismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade social, violência, raça e gênero, intolerância.[28]

Bolsonarismo também é termo recente e talvez por isso tão impreciso. Não existia até 2018 e, com a vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais daquele ano, tornou-se obrigatório para designar o ascenso eleitoral e político de conservadores em geral. Via-de-regra sua cronologia parte do ciclo de manifestações em 2013[29], romanticamente batizado de "jornadas de junho", com grande apoio popular e forte crítica às instituições necessárias a qualquer vida democrática: partidos, poderes executivo, legislativo e judiciário. Edifício que desabou sobre Dilma Rousseff, presidente deposta em 2016, atestando tanto o esgotamento dos anos do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da república (2003-2016), quanto a emergência de grosso caldo conservador de viés antipolítico, antipartidário, "antissistema".

Bolsonarismo teria sido então o adensamento de pautas, práticas, personagens originalmente desconexos, sintetizados por Bolsonaro, eleitoralmente vitorioso em 2018. Métodos e discursos de Bolsonaro, descendentes e seguidores, passaram assim a subsidiar definições de todo tipo, dentre as quais, a noção de fascismo ou neofascismo se sobressai.[30] Não faltam, de certo, indícios dados nesse sentido por Bolsonaro, descendentes e seguidores. Não haveria espaço aqui para citar todos. Existem, porém, ao menos três razões que inviabilizam a utilização de fascismo ou neofascismo para a caracterização do bolsonarismo: 1) incapacidade de produzir seu partido único; 2) forte apego às suas liberdades individuais; 3) materialmente afeito às relações privadas de mercado; logo apartidário, liberal e privatista.

Bolsonaristas, sujeitos do bolsonarismo, sem dúvida portam caracteres fascistas, mas não todos e nem de maneira universal. Não há como comprovar que todo bolsonarista seja necessariamente fascista, porque bolsonarismo transcende ao fascismo ou neofascismo e, por isso, portador de especificidades que muito o distancia da matriz fascista. Bom exemplo são bolsonaristas trajados com camisas *by Nike* da Confederação Brasileira de Futebol (CBF),

---

[28] SCHWARCZ, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, *cit*.

[29] Como ocorre, por exemplo, em: ANDERSON, Perry. Bolsonaro 2019. *In*: ANDERSON, Perry. *Brasil à parte*: 1964-2019. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 121-165.

[30] Há farta literatura empenhada em interpretar o bolsonarismo em termos de fascismo ou neofascismo. Um dos exemplares pode ser conferido em: COSTA, Henrique. Fascismo na sociedade sem classes: uma interpretação do bolsonarismo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 22 mar. 2019. Disponível em: https://diplomatique.org.br/fascismo-na-sociedade-sem-classes/. Acesso em: 13 ago. 2024.

entidade privada, em tese, vergando bandeiras de Israel[31], Estados Unidos, Ucrânia, em manifestações por voto impresso, intervenção militar, fim do Supremo Tribunal Federal (STF). Tamanha diversidade expressa por sujeitos tidos como raio em céu azul, como se bolsonaristas tivessem surgido somente a partir de 2018, como se não existissem pegadas na areia.

Deixadas bem antes de Bolsonaro, revelam bem o peso de gerações mortas sobre o cérebro dos vivos. Partem do surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, que unificou a formação superior dos militares brasileiros com base na doutrina de segurança nacional comandada pelo Pentágono. A estratégia estadunidense visava garantir domínio continental no contexto pós-Segunda Guerra, enfatizando a aliança civil-militar para impedir qualquer avanço comunista (real ou imaginário), por menor que fosse. Dava-se assim a solda necessária entre sociedade política e sociedade civil, por obra da sociedade econômica, convertida em mediadora da relação entre público e privado. Fórmula com plena vazão no Brasil, realizada a ferro e fogo durante 21 anos por cinco militares oriundos da ESG.

Na fachada democrática da Ditadura Militar, que não podia se assumir ditatorial por dizer haver livrado o país da "ditadura comunista", todos os vice-presidentes (eleitos indiretamente junto a presidentes militares) foram civis. O comando da economia esteve a cargo de civis. E mesmo aparelhos de repressão e extermínio de opositores dispuseram de fortuna civil. A Operação Bandeirante (OBAN), melhor exemplo não há, reuniu capital privado, corpo profissional e orientação militar, e pode ser apontada como ponto de partida para o estabelecimento de "esquadrões da morte" a partir da segunda metade dos anos 1970, grupos paramilitares dedicados ao extermínio social, envolvendo policiais e militares da ativa e/ou reformados, que vendiam seus serviços à iniciativa privada, berços das milícias de hoje.[32]

TABELA
Preferência por regime político no Brasil (1989-2006)[33]

	1989	1990	1993	1997	2006a	2006b
Democracia	43,6%	54,7%	57,9%	56,1%	64,8%	71,4%
Ditadura	19,4%	16,7%	13,7%	12,3%	13,5%	14,2%
Indiferença	21,3%	17,1%	13,7%	16,9%	16,9%	6,9%
Não sabe ou não respondeu	15,7%	11,5%	14,7%	14,7%	4,8%	7,6%

[31] Para sionismo cristão, ver: SAND, Shlomo. *A invenção da terra de Israel*. Da terra santa à terra pátria. São Paulo: Benvirá, 2014, p. 151-218.
[32] Para detalhes sobre a repressão política praticada pela OBAN, demais órgãos e agentes da Ditadura Militar, bem como sobre o impacto e a permanência das práticas empregadas mesmo após a volta dos civis à presidência, ver o depoimento de Cláudio Guerra, ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no Espírito Santo, então a serviço do Serviço Nacional de Informações (SNI). GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
[33] MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública,* Campinas, v. 16, n. 2, 2015, p. 281. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641353. Acesso em: 6 abr. 2021.

O saldo ético-político da obra civil-militar esguiana se fez sentir no curso do processo de consolidação democrática no Brasil e pode ser mensurado com base nos dados acima. A partir de 1989, ano da primeira eleição direta desde 1960, até 2006, quando se deu a reeleição de Lula (PT), os índices expõem minoritária, porém expressiva e persistente parcela da população assumidamente favorável à ditadura, indiferente ou nulo. "Democracia" com menos da metade das preferências em 1989, "Ditadura" beirando e "Indiferença" rompendo a marca dos 20%, e "Não sabe ou não respondeu" com impressionantes 15,7%. Sim, a preferência democrática vai a 64,8% e 71,4% nas duas pesquisas de 2006, mas chama ainda mais a atenção a resiliência dos índices colhidos por "Ditadura", "Indiferença" e "Não sabe ou não respondeu". A opção por ditadura pouco oscila à medida em que se afastam os 21 anos de Ditadura Militar.

O percentual de indiferentes idem, retraindo-se significativamente apenas na segunda pesquisa de 2006. E mesmo o índice de "Não sabe ou não respondeu", persistindo próximo a 15% até 1997, registrava média considerável 21 anos após a eleição (indireta) do primeiro governo civil (1985). É nessa faixa de adeptos da ditadura, indiferentes e nulos que vicejam as bases eleitorais do mal denominado bolsonarismo. Antes de Bolsonaro em 2018, tais eleitores despejaram seus votos presidenciais majoritariamente em Collor e Maluf (1989), FHC e Enéas (1994 e 1998), Serra (2002 e 2010), Alckmin (2006) e Aécio (2014). Militar expulso do Exército por tramar atentado civil por aumento salarial, o próprio Bolsonaro se valeu desse expressivo contingente eleitoral para se eleger vereador (1988) e depois deputado federal por 7 vezes (1990-2014).

De certo nem todos os eleitores e adeptos de Jair Bolsonaro sejam assumidamente partidários da ditadura, talvez não professem publicamente tal preferência. Ou o contrário, que nem todos que se manifestam adeptos da ditadura, indiferentes e nulos jamais tenham votado em Bolsonaro. Não resta dúvida, porém, que enquanto fenômeno político e eleitoral o bolsonarismo se fez a partir brasileiros adeptos da ditadura, indiferentes e nulos quando confrontados com a opção democrática, que, desde a primeira eleição direta para presidência da República e por quase três décadas, quando somados, já oscilavam na faixa de 30% da população. Percentual que ganha força e tração a partir de 2013, envolvendo então novas gerações sem convivência com a Ditadura Militar, crescidas durante os três mandatos consecutivos e meio do PT. Uníssonos, velhas e novas gerações passam a identificar em Bolsonaro o combate aos petistas, à esquerda, aos "comunistas", bem como a crítica ao sistema político e ao ordenamento jurídico democrático estabelecidos no país.

4 Ética neopentecostal e espírito do bolsonarismo

Se não sintetiza em si toda a complexa trama ético-política do fenômeno antidemocrático (ou ademocrático), verificado durante o curso da redemocratização e consolidação democrática no Brasil, o bolsonarismo contém certa originalidade, típica do tempo presente. Inserido na "onda conservadora" vista em diversos países[34], guarda, contudo, íntima conexão com a realidade brasileira, afirmando-se a partir de "traços prioritariamente brasileiros"[35] ou, dito em outras palavras, "que há algo de genuinamente brasileiro no bolsonarismo"[36]. Seus caracteres fundamentais, embora genuína ou prioritariamente brasileiros, oscilam conforme a análise. Podem incluir, por exemplo, a simbiose entre "uma insensata tradução de certo aspecto da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) para tempos democráticos", "o texto sagrado da família Bolsonaro" ("o Santo Graal da extrema direita nos trópicos"), isto é, o *Orvil* (1986-1989), "projeto secreto, liderado pelo ministro do Exército de José Sarney, Leônidas Pires Gonçalves", com "os crimes atribuídos à guerrilha" durante a Ditadura Militar, e "o *sistema de crenças Olavo de Carvalho*"[37].

Da DSN, provém a atualização do "inimigo interno". Saem os comunistas do passado, entram os petistas do presente. Na verdade, o epíteto "comunista" permanece, mas desprovido de comprovação histórica e mobilizado à esmo na identificação de inimigos políticos. E assim, agentes historicamente refratários ou mesmo avessos aos comunistas são catalogados como se comunistas fossem, ainda que sem qualquer base real, tal como ocorre com o PT e os petistas, surgidos em oposição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à tradição política dos comunistas brasileiros. A vinculação entre petismo e comunismo, já ensaiada por Fernando Collor de Mello na eleição presidencial de 1989, assumiu nova amplitude após os 13 anos de PT na presidência da República, transformando o anticomunismo do passado[38] em antipetismo no presente.

Do *Orvil*, o bolsonarismo extraí o suprassumo do anticomunismo, "os crimes atribuídos à guerrilha", de modo a revitalizar os marcos do projeto ético-político executado nos 21 anos de ditadura, realização do bloco histórico ente capital civil e força militar em defesa da "liberdade", seja ela de mercado, de opinião ou individual. E de Olavo de Carvalho, os

---

[34] Objeto do *best-seller* de: LEVISTSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
[35] ROCHA, José Cézar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021, p. 46.
[36] ARAÚJO, Sinval; BALDAIA, Fábio; MEDEIROS, Tiago; ORNELAS, Rodrigo. *O bolsonarismo e o brasil profundo*: a dimensão sociocultural do fenômeno e seus elementos formativos. Iguatu: Quipá Editora, 2024, p. 30.
[37] ROCHA, *Guerra cultural e retórica do ódio*, *cit*., p. 47-48; 51.
[38] Para anticomunismo no Brasil entre 1917 e 1964, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

bolsonaristas valem-se do "aprimoramento de estratégias discursivas cristalizadas na *retórica do ódio*" e da "disseminação do embaraçoso *analfabetismo ideológ*ico", "produtor das polarizações acéfalas que inviabilizam a discussão de ideias no espaço público brasileiro". "O *bolsolavismo* é um poderoso sistema de crenças dotado de coerência interna paranoica, o que o torna praticamente imune ao princípio de realidade"[39].

De outro modo, o "bolsonarismo revela estar em vibrante sintonia com o brasil profundo" ao expor elementos que "aparecem sob três caracterizações modais: o modo *comportamento*, o modo *valor* e o modo *crença* (sendo também possível uma fusão entre eles)", isto é, "aspectos do brasil profundo presentes no bolsonarismo que revelam o ser brasileiro em sua ambiguidade, não em uma suposta pureza ou presumidos vícios arraigados"[40]. Reúne um conjunto de comportamentos, valores e crenças, que podem ser sumariados em "*simplismo*", "*machismo*", "*messianismo*", "*autoritarismo*", "*malandrismo*", "*sadismo*", "*autodidatismo*", "*punitivismo*" e "*antidecoro*"[41].

Em boa medida, tais comportamentos, valores e crenças não se apresentam concomitantemente num mesmo sujeito, portador do bolsonarismo, sendo que "apenas na figura do próprio Bolsonaro é possível vê-los em sincera confluência"[42], e que, por isso, faz do ex-presidente portador derradeiro de necessidades, interesses e expectativas dos diversos comportamentos, valores e crenças reunidos sob o bolsonarismo. Simplismo, machismo, messianismo, autoritarismo, malandrismo, sadismo, autodidatismo, punitivismo e antidecoro, articulando-se uns aos outros, ora a uns, ora a outros, atuam assim nos "domínios institucional, político-ideológico e cultural"[43] da vida brasileira, conferindo sentido, forma e conteúdo ao bolsonarismo.

A rigor, considerando-se o bolsonarismo expressão ético-política genuína e prioritariamente brasileira, importa admitir que seus elementos constitutivos possuem forte conexão com a formação histórica e a realidade social do país. Não à toa, o Brasil bolsonarista se encontra com o Brasil neopentecostal, complementares entre si, resultantes da série de contradições colecionadas pela consolidação democrática e a universalização do capitalismo praticadas no Brasil nas últimas quatro décadas. Partilham projetos ético-políticos próprios, é verdade, mas que parecem convergir em pontos cruciais, entre os quais destacam-se: 1) a guerra moral contra valores coletivistas ou pautas identitárias, tornando a "nova esquerda" da "Nova

[39] ROCHA, *Guerra cultural e retórica do ódio*, *cit*., p. 51-52.
[40] ARAÚJO; BALDAIA; MEDEIROS; ORNELAS. *O bolsonarismo e o brasil profundo*, *cit*., p. 30.
[41] *Ibidem,* p. 30-41.
[42] *Ibidem*, p. 41.
[43] *Ibidem*, p. 42-58.

República", há tempos hegemonizada pelo PT, o inimigo a ser vencido; 2) certo republicanismo que concebe a *res publica*, a coisa pública, não como algo de todos e sim reservada somente aos eleitos, supostamente virtuosos, sejam militares, proprietários, cristãos; e 3) a condenação da miséria social, esta fruto de incapacidades individuais somadas à ação estatal complacente e subsidiária com a pobreza (vista em auxílios, benefícios e direitos sociais), que deve ser então combatida, criminalizada, em favor da próspera acumulação material de entes privados, garantida e financiada pelo Estado.

Melhor exemplo da convergência entre os "Brasis" bolsonarista e neopentecostal não há. Durante a votação para abertura do processo de impeachment de Dilma, em 17 de abril de 2016, em sessão transmitida ao vivo em rede nacional, Jair Bolsonaro iniciou assim sua declaração de voto: "Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve". Prosseguiu: "Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff", exaltando notório operador da máquina de repressão, tortura e extermínio estatal montada pela Ditadura Militar. Para finalizar, emendou: "Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos". Numa tacada, sempre em poucas palavras, Bolsonaro sintetizou os termos mais sinceros do encontro entre Brasil neopentecostal e Brasil bolsonarista, antecipando em mais de 2 anos a consagração de 2018 e o que veio a seguir.

Estava tudo ali. A conexão com a Ditadura Militar, seu projeto esguiano de nação baseado na aliança civil-militar, dedicado a fazer da ação estatal instrumento de garantia das leis de mercado, da livre concorrência, enfim, da consagração dos instintos egoísticos da iniciativa privada. Mobilizando, para tanto, recurso tático e retórico de "combate ao inimigo interno", pedra-de-toque da Doutrina de Segurança Nacional, como pretexto e justificativa para o exercício de sua verve autoritária no trato político reservado aos opositores. É a dialética dos punhos, dialética sem síntese, em que a antítese deve ser eliminada pela tese, abolindo-se o próprio pressuposto dialético da existência de contrários[44].

Concepção compartilhada pela família, instituição cara aos cristãos, acionada como em 1964, radicalizada contra o inimigo comum, em favor da "inocência das crianças". Uma noção de família, de núcleo familiar, hoje menos comunitária e mais individualista que em 1964, cujas versões mais radicalizadas dão vazão atualmente a "um liberalismo anômico,

[44] KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 23-42.

rejeitando radicalmente a presença do Estado"[45] em suas vidas. Estado, poder político, público, coletivo, então convertido ao atendimento de necessidades e interesses privados, familiares, individuais.

Convertido em brado, "Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos" professa, enfim, de modo monográfico e específico, a síntese entre *ética neopentecostal*, feita de guerra espiritual, teologia da prosperidade, liberalização do tradicional asceticismo protestante e igreja-empresa, abrigada no *espírito bolsonarista* de guerra aos "comunistas" (os "sem Deus"), condenação moral, liberdade do privado e mercantilização da violência (e da política), e sua exaltação. Solda ético-política de dois "Brasis", unidos em guerra político-moral por prosperidade material, liberdade individual, mercantilização da vida.

Quando, em 1905, Weber publicou *A ética protestante e o espírito do capitalismo*[46], certamente não imaginou o alcance que sua obra teria, tampouco previu os desdobramentos da interação entre protestantismo e capitalismo havidos desde então. E menos ainda vislumbrou o impacto pentecostal para a difusão da ética protestante onde não existia pecado, ao sul do Equador. Suas versões neopentecostais, politicamente aninhadas no bolsonarismo, expressam a simbiose entre fé e política em curso desde Ditadura Militar no Brasil.

[45] ARENARI, Bolsonaro, *cit*., p. 25.
[46] WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Sinval; BALDAIA, Fábio; MEDEIROS, Tiago; ORNELAS, Rodrigo. *O bolsonarismo e o brasil profundo*: a dimensão sociocultural do fenômeno e seus elementos formativos. Iguatu: Quipá Editora, 2024.

ARENARI, Brand. Bolsonaro, o primeiro presidente "evangélico" do Brasil. *In*. TEIXEIRA, Carlos Sávio; MONTEIRO, Geraldo Tadeu (org.). *Bolsonarismo:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Grama, 2020.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. *O púlpito*: fé, poder e o Brasil dos evangélicos. São Paulo: Todavia, 2024.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66*. A história da polícia que mata. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasilense, 1985.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*: 1930-1970. São Paulo: Global; Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

COSTA, Henrique. Fascismo na sociedade sem classes: uma interpretação do bolsonarismo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 22 mar. 2019. Disponível em: https://diplomatique.org.br/fascismo-na-sociedade-sem-classes/. Acesso em: 13 ago. 2024.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 4 (Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IPEA. *Atlas da violência*. Homicídios. Brasília, v. 27, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/328. Acesso em: 13 ago. 2024.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEVISTSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe e escritos políticos*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais*. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 281, 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641353. Acesso em: 6 abr. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva-FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROCHA, José Cézar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAND, Shlomo. *A invenção da terra de Israel*. Da terra santa à terra pátria. São Paulo: Benvirá, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANNA, Oliveira. *O occaso do Imperio*. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.

Como citar este artigo: ROMANO, Clayton Cardoso. Ética neopentecostal e espírito do bolsonarismo. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 1–18, 2025.

Recebido em 10.09.2024

Publicado em 04.07.2025

CC BY 4.0 Atribuição 4.0 Internacional